



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 958/2011

Disciplina a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos arts. 2º, I, II, III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1998 e da Resolução nº 52, de 2002 do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

**Art. 1º** Ficam disciplinados, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto a fixarem quadro informativo contendo: nome, função que exerce e número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física - CREF dos profissionais responsáveis pelas modalidades ali desenvolvidas, em conformidade com os arts. 2º, I, II e III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 e da Resolução nº 52, de 10 de dezembro de 2002, do Conselho Federal de Educação Física -CONFEF.

§ 1º A fixação e exposição do determinado pelo *caput* deste artigo deverão ser feitas em local visível ao público, bem como conter o número do telefone do estabelecimento e do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná - CREF9/PR.

§ 2º As dimensões do quadro informativo não serão inferiores a um metro de comprimento, por oitenta centímetros de altura, ou oitenta centímetros de comprimento por um metro de altura.

§ 3º As informações constantes do quadro informativo, nome do profissional, função que exerce e número do registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF devem estar prestadas de forma clara, com letras e números legíveis e em tamanho que permita a fácil leitura e entendimento dos cidadãos.

**Art. 2º** São considerados estabelecimentos ligados às áreas da atividade física e do desporto:

I – academias de atividades físicas e desportivas;

II – clubes desportivos, recreativos e de lazer;

III – escolas de iniciação desportiva;

IV – outros estabelecimentos que ministrem, ou venham a ministrar, atividades físicas e desportivas, ou similares, em funcionamento no Estado do Paraná.

**Art. 3º** Não estarão sujeitos à obrigatoriedade tratada pelo art. 1º da presente Lei os estabelecimentos mencionados no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, desde que não tenham firmado convênio de livre e espontânea vontade com o Sistema CONFEF/CREFs.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da confecção, fixação e manutenção da atualização das informações dos quadros informativos dos quais trata o art. 1º correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.



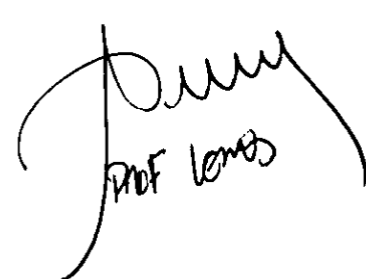
**Art. 5º** Sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais cabíveis, as pessoas físicas e jurídicas que descumprirem o disposto nesta Lei ficam sujeitas a multas e outras implicações dispostas em regulamento.

**Art. 6º** O Governo do Estado, através de órgão competente, elaborará em conjunto com o Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná (CREF9/PR) normas reguladoras e fiscalizadoras à aplicação desta Lei, em prazo não superior a noventa dias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
  
Relator Pastor E. B. de  
  
Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

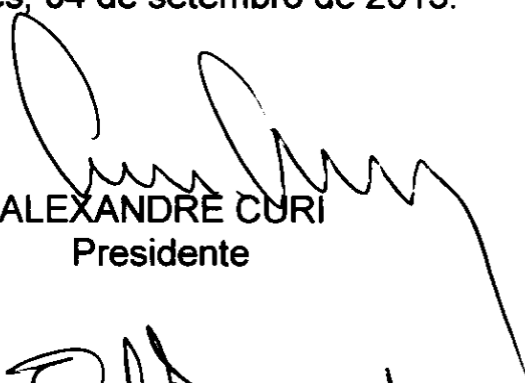
### Redação Final ao Projeto Lei nº 85/2013


Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Colheita, realizada anualmente no primeiro domingo do mês de março, no Município de São José dos Pinhais.

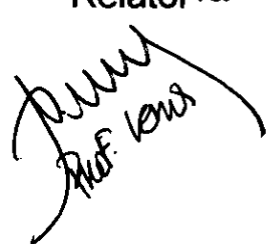
**Art. 1º** Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Colheita, realizada no primeiro domingo do mês de março, no Município de São José dos Pinhais.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator *Relator (ASOR)*

  
Prof. F. Lens

  
J. Carmines



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 329/2013**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Santo Antônio do Sudoeste.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, de imóvel constituído de uma área de terras, denominada de Chácara Suburbana nº 22, de aproximadamente 28.000,00 m², Transcrita sob nº 1.208 do Registro de Imóveis daquela Comarca.


**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

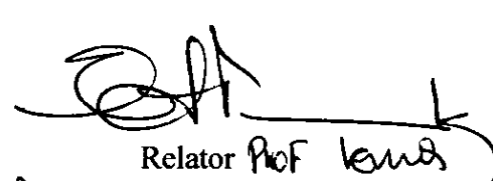
**Parágrafo único.** O imóvel cedido reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

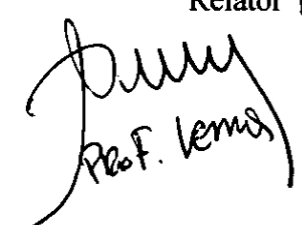
**Art. 3º** A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator Prof. Lemos

  
Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 344/2013

Declara de Utilidade Pública o  
Instituto Doutor Feitosa - IDF,  
com sede e foro no Município de  
Telêmaco Borba.

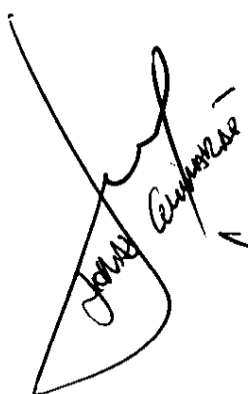
**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto  
Doutor Feitosa - IDF, com sede e foro no Município de Telêmaco  
Borba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 

  
Prof. Leão



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 359/13

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Altera a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 3º ...

VII – certidão atualizada do registro imobiliário, comprovando a propriedade do imóvel, nos casos em que o objeto do repasse de recursos públicos seja a construção, reforma, ampliação ou conclusão de obra ou serviço de engenharia.

§ 9º A aplicação de recursos públicos na construção, ampliação, reforma ou conclusão de obra ou serviço de engenharia em imóvel de propriedade das entidades previstas no "caput" deste artigo somente poderá ocorrer quando o estatuto social da entidade previr, em caso de sua extinção ou de cessação de suas atividades, a destinação do imóvel para outra instituição congênere ou ao Poder Público.

§ 10 A certidão prevista no inciso VII do art. 1º desta lei poderá, por relevante motivo de interesse público, ser substituída por contrato ou compromisso, irrevogável e irrevogável, de constituição de direito de uso, de natureza real ou obrigacional, celebrados na forma da lei e observadas as seguintes condições:

I – que o imóvel onde será executado o projeto seja de propriedade do Poder Público; e

II – que o instrumento do contrato, ou do compromisso, contenha cláusula de garantia de uso do imóvel pelo prazo mínimo de cinco anos."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de agosto de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

MENSAGEM  
Nº 079 /2013

Curitiba, 13 de agosto de 2013.



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 19/AGO/2013

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 15/08/2013

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

A referida Lei autoriza o Poder Executivo a realizar repasse de recursos públicos mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na forma nela prevista.

Por meio do acréscimo proposto, pretende-se incluir como requisito para o repasse, quando este tiver por objeto a construção, reforma, ampliação ou conclusão de obra, a possibilidade de apresentação de documento probatório da posse do imóvel, nos casos em que não se detêm a titularidade.

A presente proposta vem ao encontro do que prevê a legislação federal, quando o assunto versa sobre repasse de recursos federais, no caso, o art. 39, § 2º, inciso II da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, que regula o artigo 18 do Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Transliterando a previsão para a legislação estadual, acrescentamos tratar-se de cessão de uso de imóvel de titularidade do Poder Público, tendo em vista que não são raros os casos de terrenos pertencentes ao Estado do Paraná ou a Municípios, cedidos para entidades sem fins lucrativos e, dessa forma, ainda que as referidas entidades detenham tão somente a posse, decorrente de termo de cessão, o recurso público aplicado para a realização ocorrerá em bem de propriedade do Poder Público.

Quanto ao prazo estipulado na proposta, estabelece-se como sendo de cinco anos, prazo comumente usado pelo Estado.

O Código Civil estabelece no rol dos direitos reais, previstos no

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 12.003.218-6



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

seu art. 1225, dentre outros, o uso, a concessão de direito real de uso e a concessão de uso especial para fins de moradia. Para além destes institutos, a Administração Pública se serve de outros instrumentos, de natureza obrigacional, para outorgar o uso exclusivo por particular de imóvel público, de que são exemplos a cessão de uso e a concessão de uso.

Diante do exposto, no intento de abarcar o maior leque de situações em que a entidade sem fins lucrativos se serve da posse de bem de domínio público para exercer suas atividades de utilidade pública, a presente medida sugere que as diversas figuras, tanto de natureza real quanto obrigacional, estejam agasalhadas no preceito legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

**Lei 16244 - 22 de Outubro de 2009**

Publicado no Diário Oficial nº. 8082 de 22 de Outubro de 2009

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme específica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º. ...Vetado...

§ 2º. ...Vetado...

§ 3º. O repasse de que trata o "caput" deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

I - identificação da ação a ser executada;

II - plano de aplicação dos recursos financeiros, assinado pelo presidente da entidade e pelo contador responsável;

III - previsão de início e fim de execução da ação e da conclusão das etapas ou fases programadas;

~~IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;~~

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;"  
(Redação dada pela Lei 17614 de 09/07/2013)

V - existência de sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada de profissional habilitado na entidade recebedora;

VI - declaração da entidade recebedora de manutenção e guarda em boa conservação e ordem os documentos referentes aos pagamentos efetuados que ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Paraná para inspeção dos auditores em relação dos recursos recebidos e suas aplicações.

§ 4º. ...Vetado...

§ 5º. ...Vetado...

§ 6º. Anualmente deverão ser publicados os balanços correspondentes ao resultado das aplicações dos recursos recebidos e também divulgados no site oficial do Governo do Estado.

§ 7º. ...Vetado...

§ 8º. ...Vetado...

**Art. 2º.** ...Vetado...

**Art. 3º.** É solidariamente responsável com a entidade recebedora dos recursos, o ordenador da despesa do órgão repassador, quando não atendidos os requisitos previstos nesta lei.

**Art. 4º.** A aprovação formal do instrumento, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, é condição obrigatória para realização do repasse.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de outubro de 2009.

Roberto Requião  
Governador do Estado

Enio José Verri  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Rafael Iatauro  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 359/2013**

**Projeto de Lei nº 359/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 079/13**

**Súmula:** Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

**EMENTA:** ALTERA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI ESTADUAL 16.244/2009. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGO 65 E 87, IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 079/2013, visa alterar a redação do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, o inciso VII.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 – A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Quanto à iniciativa do presente projeto, a Constituição do Estado do Paraná prevê:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Dispõe ainda o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Importante a menção ao artigo 87 da Constituição Estadual,  
que versa sobre a competência do Governador do Estado:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

(...)

**IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição;**

Dessa forma, não existem óbices para a aprovação do  
projeto, tendo o devido respaldo constitucional, estando presentes os requisitos  
necessários para seu trâmite, merecendo aprovação por parte desta Comissão  
de Constituição e Justiça.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa,  
previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se  
adequado.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto  
de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de  
técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**

**APROVADO**

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

20/08/13



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 359/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 079/13, que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe os parágrafos 9º e 10, e no seu parágrafo 3º, inciso VII.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, visa realizar repasse de recursos públicos mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na forma nela prevista.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65 e 87 da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta vem ao encontro do que prevê a legislação federal, quando o assunto trata de repasse de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**CONCLUSÃO**

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/08/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

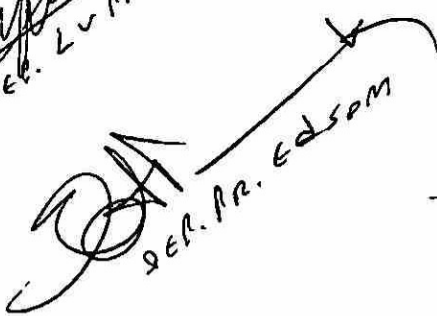
  
DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER  
RELATOR

  
DEP. WILSON

  
DEP. ENRO

  
DEP. WALDYR PUGLIESI

  
DEP. LUCIANO

  
DEP. AR. EDSON



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07 AGO 2013

1º Secretário

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/13**

Altera o *caput* do art. 33-T, da  
Resolução nº 1/05.

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 33-T, da Resolução nº 1, de 1º de  
março de 2005, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 33-T Compete à Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
manifestar-se em proposições que:”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*



**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo alterar o disposto no artigo 33-T do Regimento Interno desta Casa de Leis, de forma a aprimorar a denominação atribuída à Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, incluindo o Ensino Superior e, desta forma, adaptando-a a nomenclatura da Secretaria de Estado ao mesmo tempo em que engloba todas as suas reais atribuições.

*mauro*  
*[Assinatura]*



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Resolução nº 003/11

fls.13.

**Art. 33-Q** Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

**Art. 33-R** Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

**Art. 33-S** Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

**Art. 33-T** Compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, manifestar-se em proposições que:

**I** - objetivem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

**II** - proponham apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

**III** - visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas as entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/2013

Projeto de Resolução nº 016/2013

Autor: Comissão Executiva

**Súmula:** Altera o *caput* do Art. 33-T, da Resolução nº 1/05.

**EMENTA:** ALTERA O CAPUT DO ART. 33-T DA RESOLUÇÃO Nº 01/2005. INICIATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 33 E 121, § 2º DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executivo visa alterar o *caput* do artigo 33-T da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, a fim de conferi-la a redação:

**"Art. 33-T Compete à Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior manifestar-se em proposições que:"**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,**

**juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

A Constituição Estadual estabelece a competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para elaborar seu regimento interno, conforme segue:

**Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:**

**II - elaborar o Regimento Interno;**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, o **Projeto de Resolução** é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do **Regimento Interno**:

**Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.**

**§ 1ª...**

**§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais com (...)**

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com as disposições da Lei Complementar Federal nº 95/98.

## CONCLUSÃO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURT

RELATOR

  
  
  
  
  
**APROVADO**

27/08/13

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná